



002
(03)

Prefeitura Municipal de Canguçu
Estado do Rio Grande do Sul
PORTARIA Nº 228/2019

“DETERMINA ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MARCUS VINICIUS MULLER PEGORARO, Prefeito Municipal de Canguçu, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

- ART. 1º** - Determinar abertura de **PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR** para apurar os fatos descritos no memorando nº 927/2019 de 08.07.2019, parte integrante desta Portaria, na forma de anexos, envolvendo o servidor público municipal **MARIO RENAN IRIBARREM BORGES**, ocupante do cargo de motorista, matrícula nº 8440-9, pois segundo alegações teria praticado ato proibido por lei assim descrito no art. 170, inciso XX da Lei 2239/2005 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.
- ART. 2º** - A comissão deverá apurar os fatos, com o levantamento completo da situação relatada, de acordo com as informações descritas no artigo 1º, bem como os documentos que integram esta Portaria; e, em conformidade com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, apurar a responsabilidade do servidor, utilizando todos os meios cabíveis e legais, levando em conta os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, para elucidar o fato de forma clara e conclusiva.
- ART. 3º** - A Comissão nomeada pelas Portarias nºs 079/2017, de 01.02.2017 e 319/2018, de 19.12.2018, que designa Membros Permanentes de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, cujos membros titulares são: **RODRIGO THOMPSEN LARANGEIRA**, Advogado, matrícula nº 8911-7, **KAUANE DIAS SOARES PEDROSO**, Auxiliar de Administração nº 50125-5, e **CAREM ELUZA BRAGA QUINTANA**, Auxiliar de Administração, matrícula nº 08805-6 terão um prazo de 60 (sessenta) dias para realizar o Processo Administrativo Disciplinar, o qual deverá, obrigatoriamente, constar relatório circunstanciado e conclusivo.
- ART. 4º** - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE
CANGUÇU/RS, 10 DE JULHO DE 2019.

MARCUS VINICIUS MULLER PEGORARO
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

ELIEZER JORGE TIMM
Chefe de Gabinete do Prefeito

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

RELATÓRIO DA COMISSÃO

Senhor Prefeito Municipal:

A Comissão de Processo Administrativo, em análise dos fatos apontados na Portaria nº 228/2019, envolvendo o servidor **Mário Renan Iribarrem Borges**, sobre eventual descumprimento dos deveres descritos no Art. 170 XX do Estatuto dos Servidores, vem à presença de Vossa Excelência apresentar o relatório conclusivo nos termos a seguir expostos:

I - PRELIMINARMENTE:

O processo transcorreu regularmente, não havendo incidentes ou nulidades. Com efeito, observo que o prazo inicial expirou, todavia a de se considerar a complexidade do feito e a jurisprudência acerca do assunto, especialmente aquela emanada pela Suprema Corte a qual defende que o processo administrativo pode ultrapassar o prazo, não havendo prejuízo, exceto a cessação de eventual concessão de liminar nele deferida, situação que sequer ocorreu no presente feito.

II - DOS FATOS APURADOS. A PROVA TESTEMUNHAL E DOCUMENTAL:

Da análise do conjunto probatório, a Comissão colheu depoimentos das pessoas abaixo citadas, e os mesmos encontram-se integralmente no processo:

- 1 - Mário Renan Iribarrem Borges (fls. 18/19)
- 2 - Maurício Mendes de Matos (fls. 21)
- 3 - Heloísa Emiliana de Cândia (fls. 23)
- 4 - Douglas Barbosa Rosa (fls. 32)
- 5 - Carla Letiane Duarte Barbosa (fls. 34)
- 6 - Loreni Soares Ferreira (fls. 36)

A Prova Documental:

Anexos ao Processo encontram-se memorando descrevendo o fato (fls. 03/04) e anexando documentos (09/10).

III - DA ANÁLISE DAS RAZÕES DE DEFESA:

Apresentou Defesa Prévia às fls. 016/017 e Final às fls. 38/39, dizendo em síntese, que as acusações sobre o servidor são inverídicas, não havendo qualquer comprovação de que tivesse praticado alguma conduta desabonatória, requerendo por fim a absolvição no Processo Administrativo Disciplinar.

IV - CONCLUSÃO:

A Comissão de Processo Administrativo, designada para apurar os fatos apontados, ou seja, sobre condutas inadequadas eventualmente praticadas pelo servidor Mário Renan Iribarrem Borges, cargo de motorista.

Primeiramente, foi ouvido o próprio indiciado, que disse que nunca proferiu as ofensas das quais é acusado (expressões racistas), inclusive tendo boas relações com indivíduos da raça negra.

Posteriormente, foi ouvido o Sr. Maurício Mendes de Matos, potencial vítima do requerido, servidor comissionado, o qual relatou que soube por particular que havia sido transportada pelo motorista que este havia se dirigido à ele de forma racista e ofensiva.

Chamada a prestar depoimento a Sr^a Heloisa confirmou as alegações de racismo por parte do motorista, através das expressões “esse nego vai me pagar” e “não é a primeira vez que esse nego me apronta”, sendo confirmado pela testemunha Zélia Batista.

O Sr. Douglas Barbosa Lessa, ao ser chamado a prestar depoimento, indicado pelo requerido, disse que, sendo vizinho do requerido e negro, nunca viu o mesmo ser desrespeitoso com ninguém.

Carem Letiane Duarte Saraiva, também indicada pelo requerido, afirmou que o filho do requerido namora sua filha, sendo tanto ela quanto sua filha pessoas negras, não acreditando que o requerido tenha praticado tal de preconceito, o qual é acusado.

Por fim, Loreni Soares Ferreira, disse que, sendo comadre do acusado, tendo com ele amizade de longa data e sendo chamada carinhosamente de “negrinha”, não acreditando que o Sr. Mário tenha tido a intenção de ser desrespeitoso com o Sr. Maurício.

Diante dos depoimentos acima descritos e em que pese àqueles favoráveis ao servidor requerido, de que se trata de pessoa respeitosa, especialmente no que tange a questão racial, não resta afastado a prática de ato de racismo ao se dirigir à qualquer pessoa de etnia diversa da sua de forma a diminuí-la, fato este comprovando pelas únicas duas testemunhas presenciais.

É notório que pessoas negras e pardas sofrem com a visão depreciativa na sociedade, devendo tal situação ser combatida por dever de justiça e apreço à diversidade, exigindo-se tal enfrentamento na vida contemporânea.

Assim, a prática do racismo, por servidor público, demonstra de modo veemente a ocorrência de comportamento desidioso para com os colegas de trabalho, independente da posição hierárquica, que diga-se de passagem, no caso concreto a do ofendido era superior, posto que exercia cargo de chefia, infringindo assim, tanto os deveres de urbanidade quanto da existência de comportamento condizente com a condição de servidor público e cidadão, acarretando em comportamento desidioso e praticando ato contrário à lei, conforme previsões estatutárias, abaixo transcritas, deverá ser punida de modo exemplar:

Art. 169: São deveres dos servidores:

(...)

V - urbanidade;

(...)

X - manutenção de comportamento condizente com a sua condição de servidor público e de cidadão;

Art. 170: É proibido ao servidor qualquer ação ou missão capaz de comprometer a dignidade e o decoro da função pública, ferir a disciplina e a hierarquia, prejudicar a eficiência do serviço ou causar dano à administração pública, especialmente:

XVIII - proceder de forma desidiosa no desempenho das funções;

XX - praticar qualquer outro ato ou exercer atividade proibida por lei ou incompatível com suas atribuições funcionais.

Além disso, a prática de racismo por servidor público pode, também, ser enquadrada como prática de improbidade administrativa, visto que viola os princípios da administração pública, tratando-se de conduta incompatível com a moralidade administrativa no trato para com terceiros, violando, assim, os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, boa-fé e lealdade para com as instituições, ou seja, a descrição fiel do caput do artigo 11 da Lei 8.429/92.

Deste modo, sendo claramente descumpridos os deveres supra mencionados, **opinamos pela aplicação da pena de suspensão, pelo prazo de 30 dias**, conforme previsão do Estatuto abaixo transcrita:

Art. 174: São penalidades disciplinares, na ordem crescente de gravidade:

III - suspensão;

Art. 177: A pena de suspensão que não excederá sessenta (60) dias, será aplicada nos casos de falta grave ou reincidência.

Parágrafo único: O servidor, enquanto suspenso, perderá todos os direitos e vantagens decorrentes de exercício do cargo, exceto o abono família.

Acreditando ter cumprido o que nos foi determinado, colocamos a disposição de Vossa Excelência para maiores esclarecimentos se assim entender necessário.

Por fim, solicita-se que seja encaminhada cópia do presente PAD ao Ministério Público, para análise do aspecto potencialmente criminal dos fatos aqui descritos.

Canguçu, 22 de Janeiro de 2021.

RODRIGO
THOMPSEN
LARANGEIRA
Rodrigo T. Laranjeira
Presidente da Comissão

Assinado de forma
digital por RODRIGO
THOMPSEN
LARANGEIRA
Dados: 2021.01.22
23:11:28 -03'00'

Carem B. Quintana
Membro da Comissão

Kauane
Pedroso
Assinado de
forma digital por
Kauane Pedroso
Dados: 2021.01.28
10:11:16 -03'00'

Kauane Pedroso
Membro da Comissão

De acordo com PABLO 06/02/21